

CRISE NOS PARADIGMAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Sonia Laide Lacerda Neves¹

Abigail Malavasi²

Michel da Costa³

RESUMO

Esse texto é resultado de estudo, leituras e de discussões realizadas durante as aulas da disciplina “Educação Inclusiva no Ensino Fundamental”, do curso de Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental, da Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES, das observações realizadas, nas vivências escolares, ao longo dos meus vinte e oito anos de carreira, na Educação. Pensando na crise de paradigmas da Educação Inclusiva, procurou-se responder às seguintes indagações: O que as pessoas pensam sobre inclusão, seria ela uma ação para acolher os alunos com deficiência, na escola, colocando-os nas mesmas condições dos demais? O que de fato seria “incluir”, dar a todos o direito de igualdade, sem levar em consideração as especificidades de cada um? Direito sem condições de acesso, que tipo de inclusão é essa? Para elucidar essas questões utilizou-se como referencial teórico Mantoan (2003) e Carvalho (2014). O estudo realizado levou-nos ao entendimento de que há um longo caminho a percorrer, para que haja um entendimento pleno do que de fato é inclusão e que é responsabilidade da escola auxiliar nesse percurso. Há que se destruir muitas barreiras e paradigmas para que de fato tenhamos uma escola, uma cidade, um país inclusivo, pois a acessibilidade não está vinculada apenas ao ensino-aprendizagem, à escola e às pessoas com deficiência, ela passa pela urbanização, pelo transporte, pela arquitetura, atravessa a comunicação, as informações e as atitudes, além das tecnologias.

Palavras-chave: Ensino-aprendizagem. Paradigma. Deficiência. Inclusão.

¹ Mestre em Práticas Docentes no Ensino Fundamental, Universidade Metropolitana de Santos..

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora do Mestrado Profissional Práticas Docentes no Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES).

³ Doutor em Educação Matemática pela Universidade Anhanguera de São Paulo - UNIAN(2019. Professor do Programa de Pós Graduação em Práticas Docentes no Ensino Fundamental.

CRISIS IN THE PARADIGMS OF INCLUSIVE EDUCATION

ABSTRACT

This text is the result of study, readings and discussions carried out during classes in the subject “Inclusive Education in Elementary Education”, of the Professional Master's in Teaching Practices course, at UNIMES, and observations carried out in school experiences throughout my twenties. and eight years of career in Education. Thinking about the paradigm crisis of Inclusive Education, we sought to answer the following questions: What do people think about inclusion, would it be an action to welcome students with disabilities at school, placing them in the same conditions as others? What would it actually mean to “include”, to give everyone the right to equality, without taking into account the specificities of each person? Right without access conditions, what type of inclusion is this? To elucidate these issues, MANTOAN (2003) and CARVALHO (2014) were used as theoretical references. The study carried out led us to the understanding that there is a long way to go, so that there is a full understanding of what inclusion actually is and that it is the responsibility of the school to assist in this journey. Many barriers and paradigms must be destroyed so that we actually have an inclusive school, a city, a country, as accessibility is not only linked to teaching-learning, the school and people with disabilities, it involves urbanization, transport, through architecture, crosses communication, information and attitudes, in addition to technologies.

Keywords: Teaching-learning. Paradigm. Deficiency. Inclusion.

1. Introdução

Há muito se discute a inclusão, no Brasil, ela está assegurada na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB de 1996) e em tantos outros documentos e legislações que garantem acesso à educação, ao ambiente de ensino, bem como a permanência na escola. Assim sendo, todos os indivíduos, sem exceção, podem frequentar classes regulares de ensino, da educação infantil ao nível superior, pois lhes é garantida a acessibilidade, independentemente de suas condições físicas, sociais, intelectuais etc. Mas observando a maneira em que muitas pessoas tratam a questão da inclusão, dá-se a impressão de que ela é simplesmente uma ação para acolher os alunos com deficiência, na escola, dando a eles a possibilidade de estar no mesmo ambiente em que estão os considerados “normais”, com a possibilidade de passar pelo atendimento educacional especializado, no contraturno e até de ter um tutor, para acompanhá-los durante o período de aula. Então pergunto-me, seria isso inclusão: colocar todos no mesmo espaço sem levar em consideração as especificidades de cada um? A inclusão passa apenas pela deficiência? Ou podemos refletir sobre ela de forma mais abrangente? Este artigo propõe uma reflexão sobre essas e outras questões, pois muitos paradigmas

precisam ser rompidos para desmistificá-las, precisamos respondê-las com responsabilidade, baseada na leitura, na pesquisa, na teoria e não no “achismo”, que muito contribui para o oposto do que se pretende: promover uma educação inclusiva e de qualidade, que contribua com a formação de um ser humano global.

Pesquisas de Santos, Natário e Costa (2020) indicam alguns desafios no atendimento da educação inclusiva e a necessidade da formação docente para desenvolver práticas acolhedoras e que valorizem as diferenças no tocante às habilidades socioemocionais e cognitivas de cada educando.

No ambiente escolar, os alunos precisam ser reconhecidos por suas múltiplas inteligências e não por suas dificuldades e/ou deficiências, visto que o ser humano é ensinável, portanto, possui a capacidade de aprender e de evoluir em todos os aspectos, de acordo com suas especificidades.

Para Mantoan (2003), a escola é um espaço para todos e deve ser pensada a partir de uma visão que privilegie a formação integral do aluno, ela salienta:

Meu objetivo é que as escolas sejam instituições abertas incondicionalmente a todos os alunos e, portanto, inclusivas. Ambientes humanos de convivência e de aprendizado são plurais pela própria natureza e, assim sendo, a educação escolar não pode ser pensada nem realizada senão a partir da idéia de uma formação integral do aluno — segundo suas capacidades e seus talentos — e de um ensino participativo, solidário, acolhedor. (MANTOAN, 2003, p.8)

E nessa perspectiva, o avanço das pesquisas que analisam a forma de ensino-aprendizagem dos estudantes, frente à velocidade das informações e dos conhecimentos, delineou um público estudantil que extrapola as formas de aprendizagem de uma educação bancária tradicional e suscitou uma crise nos paradigmas da educação inclusiva, o que trataremos a seguir.

2. O que são paradigmas

Para falarmos sobre as crises de paradigmas, primeiramente, é necessário conceituarmos o vocábulo “paradigma” que de acordo com o dicionário¹, do ponto de vista linguístico, é um “conjunto dos termos que podem ser substituídos, entre si, na mesma posição”. Já, etimologicamente, “a palavra paradigma deriva do grego “parádeigma, atos”, com o sentido de “modelo, exemplo” da estrutura da qual fazem parte”. Conforme pensavam os gregos, os paradigmas podem ser definidos como modelos, exemplos abstratos que se materializam de modo imperfeito no mundo

concreto. Porém, de acordo com uma concepção moderna, os paradigmas podem ser compreendidos como um conjunto de regras, normas, crenças, valores, princípios que são compartilhados por um grupo em um dado momento histórico e que norteiam o nosso comportamento, até entrarem em crise, por não nos satisfazerem mais, por não darem conta dos problemas que temos de solucionar. Por isso ao longo da experiência humana, vivenciamos as quebras de paradigmas em todas as áreas: saúde, educação, política, economia, entre outras, pois à medida em que mudamos, mudamos também a sociedade e conseqüentemente os modelos estabelecidos. Isso denota que a sociedade é viva, está em constante evolução e como tudo o que é vivente, passa por transformações que podem ser observadas na sociedade como um todo.

Cabe aqui ressaltar que o período em que se estabelecem as novas bases teóricas suscitadas pela mudança de paradigmas, é bastante difícil, pois caem por terra os fundamentos sobre os quais a ciência se assentava, até aquele momento, sem que se finquem todos os pilares que a sustentarão dali por diante.

Pretende-se, neste artigo, discutir a crise de paradigmas na Educação Inclusiva, pois, segundo Mantoan (2003, p. 12), “A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia.” E para que haja uma mudança significativa e a desburocratização do que está posto, faz-se necessária uma ruptura de base em sua estrutura organizacional. E para isso,

“... propõe a inclusão, como uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora a todos os que dela participam. A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que se está retrazendo. (MANTOAN, 2003, p.12).

É válido ressaltar que em meio as crises paradigmáticas é que surgem novos pensamentos, novas reflexões e as transformações, tão necessárias à humanidade. Em relação à Educação, não é diferente, as mudanças de paradigmas são necessárias ao desenvolvimento global dos estudantes, posto que eles não são seres fragmentados ou criados em uma linha de produção que os padroniza, fazendo com que tenham as mesmas necessidades e possuam a mesma forma de aprender e de compartilhar o aprendizado. Há que se levar em consideração as diferenças, as múltiplas inteligências e os saberes, os quais permeiam e transcendem o universo escolar cientificista.

2. Crises nos paradigmas da Educação Inclusiva

O avanço das pesquisas que analisam a forma de ensino-aprendizagem dos estudantes, frente à velocidade das informações e dos conhecimentos, delineou um público estudantil que extrapola as formas de aprendizagem de uma educação bancária tradicional. Observa-se no contexto escolar alunos diferentes, com diferentes formas de aprendizagem, surge então o grande desafio: Como trabalhar as diferenças, na diferença? Como propiciar a inclusão a todos, descaracterizando a exclusão.

Frente à tecnologia da comunicação a que estamos expostos, não há fronteiras à aquisição do conhecimento, por isso não se pode subestimar a capacidade dos estudantes de adquirir novos conhecimentos, fora do âmbito escolar, pois a escola não é o único espaço de aprendizagem e os professores não são o detentores absolutos do saber, nem tão pouco as instituições, nem os sistemas de ensino que ditam o currículo, fragmentando-o em disciplinas. Com o advento da *Internet*, a distância e o tempo inexistem, as informações, notícias, descobertas são divulgadas instantânea e ininterruptamente. Sendo assim, a exclusão do aluno se dá à medida que o conhecimento, o saber dele é medido pelos padrões impostos pelos sistemas, currículos e conteúdo de ensino, os quais supervalorizam o cientificismo do saber escolar, conforme menciona Mantoan (2003, p.13) “A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar.”

Observa-se então que a democratização da escola não passou pela abertura aos novos conhecimentos possibilitados pelo avanço da *Internet*, o qual não sai mais das cadeiras escolares para o mundo, faz um percurso oposto a este, colocando a escola no papel de mediadora, de orientadora do conhecimento.

Nessa perspectiva continua excluindo os alunos que ignoram o que é imposto por ela, no que concerne ao ensino-aprendizagem, na tentativa de massificá-lo. Esse modelo de escola impossibilita a escuta, o diálogo e a manifestação dos diversos interesses de aprendizagem e de saberes, pois aceita apenas o que cabe na proposta apresentada por ela.

Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, então, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela (MANTOAN, 2003, p.12).

A fragmentação dos conteúdos por áreas específicas, divididas por disciplinas, como é feita na maioria das escolas, constitui-se uma barreira, não apenas à transformação

escolar, mas à aquisição do conhecimento, pois o ser humano não é fragmentado, como já fora dito, para trabalhar com pensamentos divididos em compartimentos estanques, sem que estes articulem entre si. Essa forma de “ensinagem”, com conteúdo e saberes isolados, compromete a formação do ser humano global, que articula os diferentes conhecimentos, os quais o colocam em um contexto de apropriação que faça com que ele os distinga entre global e essencial. Diante disso, é preciso repensar e mudar toda a trajetória da escola.

De acordo com Mantoan (2003) só conseguiremos romper com o velho modelo escolar quando fizermos a reviravolta que a inclusão propõe, valorizando o subjetivo, o afetivo e o criador, dando a todos possibilidades iguais, sem rotulá-los. “Essa reviravolta exige, em nível institucional, a extinção das categorizações e das oposições excludentes — iguais X diferentes, normais X deficientes.

Se queremos uma escola inclusiva, temos de reconhecer, aceitar e valorizar as diferenças. É necessário despir-nos de todo o preconceito e batalharmos por uma educação para a cidadania global, além de assumirmos que, na maioria das vezes, o problema de aprendizagem do aluno nada tem a ver com ele, mas sim com as práticas errôneas adotadas pela escola, que ainda está baseada em uma formação proposta por um currículo engessado, conteudista, o qual valoriza a capacidade de memorização do que está proposto em um plano de aula inflexível.

Atualmente, a proposta de inclusão consiste em colocar os alunos deficientes em salas regulares e esperar que eles se adaptem a elas. Em nenhum momento a escola é adaptada para os alunos, espera-se, na maioria das vezes, que eles mudem e integrem-se a ela, fazendo-se vistas grossas à estrutura física sucateada, não possui biblioteca, nem laboratório de informática, tampouco acesso à *Internet*, sem falar dos mobiliários inadequados etc.

Para reiterar esta ideia, Mantoan (2003) explicita que:

Por tudo isso, a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (p. 16)

Assim, ela aborda a inclusão a partir de três questões: identidade X diferença; a questão legal e a questão das mudanças.

Para entendermos as mudanças, na escola, é necessário entendermos quais são as bases de construção do imaginário social. O que as pessoas pensam sobre inclusão, seria ela uma ação para acolher os deficientes, na escola, colocando-os nas mesmas condições

de uma pessoa sem deficiência nenhuma? O que de fato seria “incluir”, dar a todos o direito de igualdade, sem levar em consideração as especificidades de cada um?

Tenho observado, como gestora escolar de uma escola fundamental de nove anos, que para algumas pessoas o fato de um deficiente frequentar uma escola regular, já é uma inclusão perfeita, pois o aluno tem direito de estar lá. Então eu me questiono: Direito sem condições de acesso, que tipo de inclusão é essa? Escolas sem rampas, sem banheiro acessível, sem espaço e material pedagógico adequado. Por outro lado, ouço aqueles professores que assumem para si que de posse de um laudo a inclusão se manifesta como em um passe de mágica. O laudo é o respaldo necessário para que o estudante se mantenha com rendimento escolar satisfatório, sem que seja acompanhada a evolução da sua aprendizagem, visto que ele, por conta da deficiência, está fadado a não aprender e isso é normal, a escola é apenas um lugar para socialização. Para tais educadores, trabalhar de forma diferenciada, significa dar a mesma atividade a todos, utilizar a mesma estratégia e no final atribuir uma nota, a meu ver, não ao aluno, mas à deficiência que ele possui.

Sendo assim, o ensino-aprendizagem se efetiva, determinando a normalidade da circunstância e nesse processo a escola é uma das instâncias que passa essas ações errôneas ao tecido social, pois as famílias observam e escutam a escola, ela as orienta direta e indiretamente, e assim reproduzem o que lhes é dado como certo.

Há que se destruir muitas barreiras para de fato termos uma escola, uma cidade, um país inclusivo, pois a acessibilidade não é isso, não está vinculada à escola e às pessoas deficientes apenas, ela passa pela urbanização, pelo transporte, pela arquitetura, atravessa a comunicação, as informações e as atitudes, além das tecnológicas.

Como podemos observar, quando falamos em falta de acessibilidade, não estamos falando apenas da estrutura física, das condições arquitetônicas da escola, ou dos ambientes de uma forma geral, mas de um conjunto de dimensões diversas e indispensáveis para que haja a inclusão.

Acessibilidade, no sentido mais abrangente da palavra, é garantir a igualdade de oportunidade a todos, independentemente de suas características físicas, intelectuais e emocionais. A Constituição Federal de 1998 garante a todos, sem exceção, o direito e o acesso à educação. A Carta Magna do nosso país dispõe sobre a igualdade de direito e a dignidade da pessoa humana, além de preconizar o bem de todos, sem preconceito e sem discriminação, conforme explicitado no Art. 3º, IV, “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” Nesses termos

está prevista a inclusão, pois o pronome “todos” abarca os indivíduos de forma geral, independentemente da origem, do sexo, da cor, da idade ou da deficiência.

Também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), estabelece como princípio igualdade de condições para que os estudantes frequentem a escola, em seu Art. 3º, I, “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;” Precisa-se propiciar, também, a acessibilidade subjetiva, mudando a postura, o discurso e olhando para a pessoa e não para a dificuldade ou a deficiência que ela possui.

Todos os aspectos, aqui mencionados, devem passar pela reflexão da comunidade escolar e da sociedade, garantindo assim a quebra de paradigmas, para construção de novos, que contribuam com uma visão mais ampla sobre a inclusão, pois o que temos é uma escola heterogênea, advinda de uma sociedade de identidade plural. Pretender assegurar a homogeneidade, como alguns propõe, é um desserviço à educação democrática de qualidade. Para Carvalho (2014), é necessário discutirmos a intencionalidade educativa das escolas, neste momento, de acordo com as exigências que ela convive.

A sociedade tem apontado para a necessidade de ressignificar o papel da escola para além do pedagógico, reconhecendo que a ela vem se somando atribuições políticas e sociais, principalmente em função da diversidade de características de seu alunado e da complexidade das demandas oriundas do contexto socioeconômico, político e cultural. Evidencia-se, portanto, a importância de reexaminarmos os valores que a escola cultua, dentro de uma perspectiva democrática, ou seja evidencia-se a relevância de examinar sua intencionalidade educativa. (CARVALHO, 2014, p. 89)

Precisa-se, segundo Carvalho (2014), de currículos personalizados para garantir a equidade, cada ser é único, portanto, possui suas especificidades, não é possível uma educação de qualidade pautada por um currículo comum a todas as escolas, municípios, estados. Apenas a participação coletiva garante a igualdade, pois dá voz e vez a todos os envolvidos no processo educativo e possibilita uma educação acessível a todos os alunos, mais flexível e que garante a todos a acessibilidade ao conhecimento, pois todos os indivíduos são diferentes e possuem diferentes maneiras de aprender, então urge a necessidade de estratégias para que todos possam aprender sem barreiras.

3. Considerações Finais

A inclusão escolar, da forma como está posta, é insipiente, desumana e está na contramão de uma educação que “pretende” assegurar o direito de todos, respeitando as

diferenças e propiciando a equidade. Nesse contexto, estudá-la, discuti-la e reinventá-la, a partir de novos paradigmas, faz-se urgente. Dessa maneira, será possível reverter o atual quadro, rompendo com os paradigmas tradicionais da educação, pois a inclusão não cabe dentro deles. Tal tarefa é complexa, pois passa pela elaboração e execução de políticas públicas que garanta currículo personalizado, proposta pedagógica elaborada de forma coletiva, de acordo com as necessidades da comunidade escolar, a formação de professores, gestores, ou seja, profissionais da educação para a inclusão, levando-os a aprender a fazer, pois infelizmente, muitos profissionais entendem que incluir é “consentir” que os alunos deficientes frequentem às classes regulares de ensino e isso já é o suficiente.

Incluir é, portanto, tornar o espaço acessível a todos, é dar a cada um a possibilidade de ser diferente na diferença, elucidando que são as diferenças que nos tornam únicos, é dar a todos a possibilidade de aprendizagem e levá-los ao exercício da cidadania, para que possam reivindicar seus direitos e praticar seus deveres.

Por isso a inclusão precisa ser discutida nas escolas, de forma abrangente, considerando-se o tempo, as diferentes formas de aprendizagem, as múltiplas inteligências e o interesse de cada educando. Também é preciso analisar situações reais, concretas, vivenciadas a partir das trocas de experiências entre gestores, professores, pais e alunos. Só assim poderemos pensar em um futuro bem diferente da nossa atualidade, pois os estudantes aprenderão a conviver e a valorizar as diferenças, na sala de aula e conseqüentemente fora dela. Eles, com certeza, não terão a dificuldade que temos para viver a experiência da inclusão, conforme pondera Mantoan (2003).

Referências

- BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília, Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394)**. Brasília, Centro Gráfico, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 jul. 2022.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva: a organização do trabalho pedagógico**, Porto Alegre, Mediação, 2014, 6ª Ed.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- SANTOS, Willian Monteiro; Nátario, Elisete Gomes; COSTA, Michel da. Perspectiva da Educação Matemática Inclusiva. In: GALASSO, Bruno (Org.) **Educação Especial e Inclusiva**. – Maringá, PR: Uniedusul, 2020, p. 125-142.